

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

FRANCISCO MUNIZ TAVARES (1793-1876)

O sacerdote pernambucano, objeto desta nota, vinculou seu nome à historiografia brasileira por um só trabalho, contudo peça essencial para o conhecimento do assunto sobre o qual versa, qual seja a Revolução que em 1817 eclodiu em Pernambuco e da qual foi um dos participantes mais ativos.

Natural do Recife, onde nasceu a 16 de fevereiro de 1793, foi destinado à vida religiosa, ordenando-se sacerdote aos 25 de março de 1816. Viajando para a Europa, doutorou-se em teologia pela Universidade de Paris. Ao lado de sua profissão religiosa e, naturalmente, sem prejuízo dela, teve, por quase toda a sua vida, intensa participação política.

Com a dominação da revolta de 1817, foi preso e deportado para a Bahia, onde esteve preso por quatro anos. No dizer de Oliveira Lima, que bem lhe estudou a vida e a obra, "foram quatro anos de reflexão e de aplicação mental na convivência com varões ilustres como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Frei Caneca e outros, adestrando-se os presos na língua francesa e ilustrando-se em várias ciências e artes, saindo todos da enxovia muito mais instruídos do que para lá tinham entrado".

Anistiado em 1821, elegeu-se deputado às Cortes de Lisboa. Hostilizado, como os demais representantes brasileiros, pelos deputados da metrópole, recusou-se, com seus colegas de bancada, a jurar a constituição portuguesa e retirou-se, como toda a bancada brasileira antes do término dos trabalhos. De volta ao Brasil, a delegação passou pelo porto inglês de Falmouth, resultando desta etapa a redação do conhecido documento denominado mesmo "Manifesto de Falmouth"

Eleito deputado à Constituinte brasileira, dela foi secretário, com ativa participação. Mais tarde, integrou o parlamento, como deputado liberal de 1845 a 1847, quando teve oportunidade de presidir a Câmara. Desgostou-se da política, o que o levou a retirar-se da vida pública. Ainda no dizer de

Oliveira Lima, "perdeu a fé política, mas não perdeu a fé religiosa, pois continuou a praticar seus deveres sacerdotais e foi até assaltado da congestão que o vitimou quando celebrava o ofício no seu oratório de Parnamirim, onde residia. Faleceu aos 23 de outubro de 1876. *

Foi um dos fundadores do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 1862, tendo sido seu primeiro presidente, cargo que exerceu até o seu falecimento. Viveu algum tempo em Roma (de 1826 a 1832), quando respondeu, embora em caráter interino, pelos interesses do Brasil junto à Santa Sé.

Sua História da Revolução de Pernambuco em 1817 foi publicada em 1840 (Tipografia Imparcial de L. F. R. Roma), "quando se achava na maturidade da vida - mais uma vez citando Oliveira Lima - e das ilusões políticas, e sendo de um natural circunspecto e grave, timbrou justamente em ser imparcial. Timbrou e conseguiu, visto que se pode ser imparcial dentro mesmo da simpatia, e uma simpatia enternecida Muniz Tavares nunca deixou de alimentar pela revolução da sua mocidade (...) Foi imparcial sobretudo porque foi verdadeiro, o título aliás que mais reclamava para a sua narração. Esta não tem hoje que ser emendada nem alterada; se não satisfaz mais por completo a curiosidade dos leitores e merece ser ampliada, é pelo fato de terem aparecido novos documentos, que fazem melhor compreender o que ocorreu. Também a crítica histórica entrou, mais esclarecida e mais ampla, a apreciar diversamente a significação moral dos fatos. As novas achegas são de resto indispensáveis para se ajuizar como se organizou o movimento e porque fracassou. Erros foram cometidos pelos seus dirigentes, na opinião mesmo do autor da **História** dessa tentativa de independência, por ele qualificada de exibição da grande carta de emancipação civil e política do Brasil".

Uma segunda edição, com excelente introdução e notas de Maximiano Lopes Machado, foi publicada em 1884 pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Em 1917, ao ensejo do centenário da revolução, apareceu a edição provavelmente definitiva da obra do historiador pernambucano, enriquecida com notas e comentários de Oliveira Lima. Aliás, o autor de **D. João VI no Brasil** praticamente escreveu um outro livro à margem da **História da Revolução**, pois sua colaboração ocupa mais trezentas páginas do volume.

Nelson Werneck Sodré, numa judiciosa apreciação sobre a obra de Monsenhor Moniz Tavares, informa a existência de uma edição mais recente, de 1969. Todavia, infelizmente não tivemos acesso a ela.*

(*) Sodré, N. W., O que se deve ler para conhecer o Brasil, 133. Quinedição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.